

Pensar e escrever em estado de árvore: reflexões sobre uma experiência de Estágio de docência em uma universidade pública federal do Sertão do Pajeú-PE

Santana, Paula Manuella Silva de ¹

Silva, José Robson da ²

RESUMO

Este relato de experiência reúne reflexões que dialogam com os Estudos Culturais como referencial teórico-metodológico para analisar uma experiência didático-pedagógica durante o Estágio de Docência na disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais, oferecida pela licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, no Sertão do Pajeú. A proposta articula um olhar múltiplo sobre dimensões socioculturais, políticas, históricas e territoriais. Operando em zonas de fronteira e manejando perspectivas interteóricas por meio de bricolagens conceituais, os Estudos Culturais possibilitam problematizar questões emergentes nos modos de existência contemporâneos, ampliando a compreensão dos fenômenos educativos. Em um cenário educacional marcado por transformações sociais e tecnológicas e por debates em torno de diversidade, inclusão, neoliberalismo, colonialidade e resistência, o trabalho propõe fortalecer interlocuções que mobilizam os Estudos Culturais como chave analítica para repensar currículo, formação docente, práticas pedagógicas e políticas públicas. O manancial dos Estudos Culturais, enquanto referencial teórico-metodológico, pode contribuir significativamente para a análise, a práxis e a reinvenção de práticas pedagógicas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. A experiência desenvolvida no curso de licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Unidade Acadêmica de Serra Talhada) mostrou-se fértil para a articulação de olhares múltiplos sobre as dimensões socioculturais, políticas, históricas e territoriais que atravessam o campo educativo.

Palavras-chave: estudos culturais; relato de experiência; docência; relações étnico-raciais.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). E-mail: paula.santana@ufpe.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2674194888709803>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1730-1953>.

² Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e professor Arte/educador em Literatura no SESC Pernambuco. E-mail: jose.robson@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2358722427250865>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9831-4221>.

Thinking and writing in a tree-like state: reflections on a teaching internship experience at a federal public university in the Sertão do Pajeú, Brazil

ABSTRACT

This experience report brings together reflections that engage with Cultural Studies as a theoretical and methodological framework to analyze a didactic-pedagogical experience during a teaching internship in the course Ethnic-Racial Relations Education, offered by the Language and Literature undergraduate program at the Federal Rural University of Pernambuco – Serra Talhada Academic Unit, in the Sertão do Pajeú. The proposal articulates a multifaceted perspective across sociocultural, political, historical, and territorial dimensions. Operating in border zones and handling intertheoretical perspectives through conceptual bricolage, Cultural Studies enable the problematization of emerging issues in contemporary modes of existence, expanding the understanding of educational phenomena. In an educational scenario marked by social and technological transformations, as well as debates around diversity, inclusion, neoliberalism, coloniality, and resistance, this work seeks to strengthen dialogues that mobilize Cultural Studies as an analytical key to rethinking curriculum, teacher education, pedagogical practices, and public policies in education. The source of Cultural Studies, as a theoretical-methodological reference, can contribute significantly to the analysis, praxis and reinvention of pedagogical practices aimed at the Education of Ethnic-Racial Relations. The experience developed in the Literature degree course at the Federal Rural University of Pernambuco (Serra Talhada Academic Unit) proved to be fertile for the articulation of multiple perspectives on the sociocultural, political, historical and territorial dimensions that cross the educational field.

Keywords: cultural studies; experience report; teaching; ethnic-racial relations.

Pensar y escribir en estado de árbol: reflexiones sobre una experiencia de práctica docente en una universidad pública federal del Sertão do Pajeú, Brazil

RESUMEN

Este relato de experiencia reúne reflexiones que dialogan con los Estudios Culturales como marco teórico-metodológico para analizar una experiencia didáctico-pedagógica durante una práctica de docencia en la asignatura



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.11 N.20 [2025] e267367
Dossiê Estudos Culturais em Educação:
proposições, articulações e reverberações
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2025.267367>

Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, ofrecida por la licenciatura en Letras de la Universidad Federal Rural de Pernambuco – Unidad Académica de Serra Talhada, en el Sertão do Pajeú. La propuesta articula una mirada múltiple sobre dimensiones socioculturales, políticas, históricas y territoriales. Al operar en zonas de frontera y manejar perspectivas interteóricas mediante bricolajes conceptuales, los Estudios Culturales posibilitan problematizar cuestiones emergentes en los modos de existencia contemporáneos, ampliando la comprensión de los fenómenos educativos. En un escenario educativo marcado por transformaciones sociales y tecnológicas, así como por debates en torno a la diversidad, la inclusión, el neoliberalismo, la colonialidad y la resistencia, el trabajo propone fortalecer interlocuciones que movilizan los Estudios Culturales como clave analítica para repensar el currículo, la formación docente, las prácticas pedagógicas y las políticas públicas en educación. La fuente de los Estudios Culturales, como referente teórico-metodológico, puede contribuir significativamente al análisis, praxis y reinención de prácticas pedagógicas orientadas a la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales. La experiencia desarrollada en la carrera de Letras de la Universidad Federal Rural de Pernambuco (Unidad Académica Serra Talhada) resultó fértil para la articulación de múltiples perspectivas sobre las dimensiones socioculturales, políticas, históricas y territoriales que atraviesan el campo educativo.

Palabras clave: estudios culturales; relato de experiencia; docencia; relacionaes étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

A sementeira

O relato de experiência apresentado aqui escolhe uma abordagem que transita entre o memorial e o ensaio, considerando-se a relação interdisciplinar que o tema invoca: as possibilidades de aproximação de uma perspectiva teórico-metodológica em torno dos Estudos Culturais para a análise de uma experiência didático-pedagógica na disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais oferecida pela licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, no Sertão do Pajeú. Compreendemos que a noção de memorial e de ensaio pode trazer algum frescor e crítica à escrita e ao fazer acadêmico, especialmente diante de um esforço de sistematização e elaboração de um trabalho advindo de uma longa trajetória de exercício intelectual e engajado de contracolônização e confluência (Santos, 2015) que ganha vida no âmbito do curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra

Talhada (UFRPE-UAST), instituição onde concluímos a graduação e lecionamos atualmente. A proposta é articular uma mirada em múltiplos ângulos: socioculturais, políticas e históricas. Ao operar em zonas de fronteira e manejar perspectivas interteóricas por meio de artesanias conceituais em campos distintos, os Estudos Culturais oferecem ferramentas para a problematização de questões emergentes nos modos de existência contemporâneos, ampliando as possibilidades de compreensão dos fenômenos educativos.

Em um cenário educacional atravessado por profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas, bem como por debates acirrados em torno de temáticas como diversidade, inclusão, neoliberalismo, colonialidade e práticas de resistência, este ensaio-memorial propõe-se a fortalecer interlocuções que mobilizam os Estudos Culturais como chave analítica para repensar o currículo, a formação docente, as práticas pedagógicas e as políticas públicas em educação. Endossa-se que, como parte de um projeto ético-político mais amplo, estes estudos questionam essencialismos, fundamentalismos, eurocentrismos, colonialismos, racismos e acenam para possíveis formas de resistência político-acadêmica.

Para isso buscamos escrever em estado de árvore, como propõe Manoel de Barros (2016). Esta práxis coloca em xeque a ideia humanista e antropocêntrica que hierarquiza seres e produz exclusões e violências sociais, culturais, políticas e econômicas. Compartilhar e criar práticas teórico-metodológicas com plantas e outras espécies companheiras semeia mais vida, soma forças “para adiar o fim do mundo”, como nos lembra Ailton Krenak (2019). A ideia aqui é tecer uma análise dos fenômenos a partir de uma metodologia de escrita regenerativa, conceito pinçado da Agroecologia, que sintetiza um sistema de gestão agrícola que visa melhorar a saúde do solo, a biodiversidade e os recursos hídricos, enquanto produz alimentos de forma sustentável. A proposta é escrever de forma orgânica, livre das toxidades que esterilizam a terra fértil da criatividade. Manoel de Barros (2016) associa a árvore à sabedoria que vai além dos livros e da racionalidade, conectando-se às origens. Apreender o mundo pela natureza nos permite acessar uma sensibilidade única. Por isso, é importante fazer brotar uma escrita que convoca o corpo, estimula os gestos em suas performances possíveis. Uma escrita que respeita o tempo profundo e circular para reimaginar o mundo, fabulando novos caminhos em conexões com os sonhos e a ancestralidade. Uma escrita coletiva e simbiótica de muitas vozes. Uma escrita em fluxo natural que expressa outros mundos possíveis. Uma escrita em confluência (Bispo, 2015) com os saberes tradicionais rurais, indígenas e quilombolas, povos que compõem parte significativa das/dos estudantes do nosso campus, no Sertão

do Pajeú pernambucano, no topo da Serra e embrenhado na mata da Pimenteira.

Propomos apresentar o devir de um projeto plural e diverso, formado por pesquisadoras/es e docentes de variadas áreas do conhecimento, e pessoas integrantes, mestras e mestres dos saberes tradicionais, dos territórios de vida em que estamos enraizadas/os. Um projeto articulado em diversas frentes de atuação, perpassando o tripé ensino, pesquisa e extensão, caracterizado por uma postura crítica e contestatória dos cânones. O objetivo é repensar o panorama mais amplo da Educação brasileira, questionando soluções constantemente ancoradas em teorias consideradas hegemônicas nesse campo. Nesse percurso dialogamos com Achinte (2013) acerca da possibilidade de promover a descolonização por meio da prática artística. Para o autor, práticas artísticas que geram formas alternativas de poder, ser e saber, em contraste com os modelos coloniais, podem ser definidas como estética da re-existência (ou estética descolonial) e tais expressões revelam modos de vida diversos e narrativas que rompem com a lógica hegemônica, marcada pela homogeneização cultural, econômica, política e social. Deste modo, essa estética introduz novas concepções de arte, beleza e criatividade no imaginário cultural. A proposta, assim, é enfrentar os regimes dominantes de representação (Hall, 2016) que reproduzem estereótipos sobre os povos indígenas no Brasil.

Bessa Freire (2016) endossa que há, atualmente, no imaginário social do Brasil, um manancial de representações dos povos indígenas baseadas sempre em estereótipos, a saber: a ideia de “índio genérico”, de etnia uniforme, a percepção de que os povos indígenas possuem “culturas atrasadas” e “preguiçosas”, de “culturas congeladas” no tempo, de “índios pertencentes ao passado” e que o “brasileiro não é índio”. Concomitantemente, nota-se que persiste um imaginário colonial baseado na concepção de que não existem pessoas indígenas no Nordeste, uma vez que, segundo esse imaginário, as populações originárias deste território teriam sido completamente exterminadas fisicamente (genocídio) ou foram “assimiladas” à cultura colonizadora (etnocídio) (Arruti, 1995; Oliveira, 1988; Santana, 2017).

Para enfrentar esse desafio, temos nos proposto pensar e repensar o potencial formativo da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e desdobrado as reflexões na atuação do grupo de estudos e pesquisas Macondo: artes, culturas contemporâneas e outras epistemologias. Em 2021 desenvolvemos o projeto intitulado “Conexão Pindorama”, que se consolidou a partir de um conjunto de ações que envolveram: acompanhamento da implementação da disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais na

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (em 2013), desenvolvimento de pesquisas buscando a aplicação da Lei nº 11.645/08, enfrentamento ao racismo anti-indígena e, mais recente, a observação participante da experiência de Estágio de Docência de um de nossos pesquisadores em Educação na disciplina, após doze (12) anos de sua implementação.

Este relato de experiência, que é apresentado aqui, dialoga com aspectos fundamentais de uma práxis em Estudos Culturais, conhecidos pelo seu nomadismo, poliformismo, pluralidade e antropofagia. A ideia não é propor soluções imediatas para os mais diversos problemas que afetam as sociedades contemporâneas, mas indicar problemas locais no campo da educação, invisibilizado, muitas vezes, por hierarquias epistêmicas via o mapeamento de suas condições de possibilidade; e investigar os modos ou as circunstâncias de sua emergência, bem como as práticas e as pessoas implicadas em tais problemáticas. O desafio é lançar ao mundo um olhar complexo para ações políticas que possibilitem uma maior efetividade na aplicação da Lei nº 11.645/08 e suas implicações posteriores.

O trabalho invisível do rizoma

Em 2015 fundamos o Grupo de Estudos e Pesquisas Macondo: artes, culturas contemporâneas e outras epistemologias, um espaço que, de maneira recorrente e afetuosa, chamamos de árvore-avó, como um umbuzeiro que nos une, aproxima e sombreia no afã de trazer à baila temas ausentes nos Estudos Culturais, na crítica e na investigação no campo das artes integradas. Nos últimos anos, nos dedicamos a pensar múltiplas articulações para trazer ao campo interdisciplinar dos Estudos Culturais, Literários, Cinematográficos, das artes performativas e visuais e da Educação reflexões que abram senda para o horizonte de desafios demandados pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino básico.

Contudo, a aplicação efetiva da Lei nº 11.645/08 depende da capacitação dos professores e da existência e acessibilidade de materiais didáticos comprometidos com as questões centrais do debate, que tratem da história e cultura indígena no Brasil em geral e, em particular, acerca dos povos indígenas que vivem e/ou viviam nessa região. A UFRPE-UAST foi uma das primeiras universidades do Brasil a inserir nos currículos das licenciaturas a disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais, que visa cumprir com o acesso a estes debates e formas de conhecer o mundo.

A instituição foi fundada na cidade de Serra Talhada no Sertão do Pajeú pernambucano em 2006 e a disciplina foi efetivamente implementada em 2013.2. Neste primeiro momento, a disciplina foi oferecida apenas para as/os estudantes do curso de Licenciatura em Letras. Um ano após a sua implementação, o curso de Licenciatura em Química passou a integrá-la como optativa, mediante as prerrogativas do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). As/os estudantes têm a oportunidade de cursar a disciplina no 2º semestre de curso. Já em Letras, onde o novo PPC está em construção, a disciplina é optativa para o 8º período, mas há um horizonte de que se torne obrigatória com a plena transição do PPC antigo para o novo. Outro dado importante é que dentro do contexto de cursos muito inchados de disciplinas obrigatórias para cumprir as cargas horárias curriculares exigidas pelo Ministério da Educação, a disciplina tornou-se uma optativa oferecida a todos os onze cursos da instituição. Neste sentido, juntam-se aos estudantes das licenciaturas, estudantes de Bacharelado em Agronomia, Administração e Sistemas de Informação, majoritariamente.

Contudo, a questão indígena, quando tratada em sala de aula, desperta curiosidade, mas também aponta um profundo desconhecimento sobre o debate, mesmo em um Estado que possui a quarta maior população indígena do Brasil, totalizando 106.412 pessoas (IBGE, 2022). Em termos percentuais, este dado é equivalente a 6,29% de todos os indígenas brasileiros. Isso representa 1,18% da população de Pernambuco, percentual acima da média nacional, de 0,83% (IBGE, 2022).

Apenas no entorno da UFRPE-UAST é possível verificar a presença de uma ampla diversidade de etnias indígenas distribuídas em diversos povos, a saber: Pipipã, em Floresta; Pankararu e Entre Serras Pankararu, localizados entre Petrolândia, Tacaratu e Jatobá; Pancaiuaká, em Jatobá; Pankará, em Itacuruba e Carnaubeira da Penha; Atikum, entre Salgueiro e Carnaubeira da Penha; Xukuru, em Pesqueira; Truká, nas cidades de Cabrobó e Orocó; e Kapinawá e Kambiwá, entre Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. É importante endossar que, apesar de a UFRPE-UAST não possuir políticas de cotas específicas para povos indígenas, ainda assim, dada a sua localização geográfica privilegiada, é corriqueiro encontrar estudantes indígenas em sala de aula, notadamente, Kambiwá, Kapinawá, Xukuru, Pankararu, Pankará, Atikum e Truká.

Deste modo, conhecer a ancestralidade, os saberes e as lutas desses povos é essencial não somente para o cumprimento da legislação, mas também como função social da universidade. É preciso formar profissionais atentos à diversidade cultural de seus contextos sociais, dialogar com a

comunidade e abrir vereda para uma universidade de todos. A ideia é povoar o mundo não indígena com o olhar, os sons e imaginários da mata, acreditando que olhar para o mundo do outro é uma forma de olhar para o nosso mundo, por meio de uma abertura ao pensamento ameríndio.

A partir desses desafios, surgiu o mote para a pesquisa “Práxis Antirracista e Descolonização de Saberes em uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sertão pernambucano: notas sobre a experiência da disciplina ‘Educação para as Relações Étnico-Raciais’” (Santana, 2017), que objetivava compreender, em fluxo contínuo, e problematizar os limites, potenciais e impactos da referida disciplina na instituição e fora dela também.

Após décadas da promulgação da lei, os desafios de implementação ainda são perceptíveis. Afinal, ainda se nota uma aporia dos currículos, dos Planos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação e dos periódicos em relação à produção de pesquisas que desloquem o debate étnico-racial para as questões indígenas com ênfase na educação básica. Nos últimos anos, o grupo de pesquisa Macondo tem se dedicado a pensar as possibilidades de aproximação e sensibilização sobre as questões indígenas no campo educativo a partir das artes indígenas integradas: cinema, música, performance e artes visuais, uma vez que experimentos destas manifestações continuam a ser produzidos por centenas de povos indígenas em todo o país e localmente. Se há uma cobrança quanto ao ensino das histórias e cultura dos povos indígenas, e há produção artística dos povos indígenas pululando em todo o território, por que essas obras ainda não são mobilizadas por professoras e professores nas escolas? Quais os entraves? Onde começam?

Estudos Culturais como prática de cultivo epistêmico

É basilar insistir em abordagens culturalistas no campo da educação, especialmente porque vivemos, e não apenas no Brasil, um momento em que posições conservadoras e retrógradas têm ganhado destaque em declarações e medidas administrativas de representantes do poder público na direção de coibir, notadamente, ações afirmativas, políticas de gênero, de sexualidade, étnico-raciais, entre outras.

Consideramos fundamental trazer à tona o aporte heurístico dos Estudos pós-coloniais³, que aliado aos Estudos Culturais e Subalternos,

³ O objetivo aqui não é traçar uma genealogia dos estudos pós-coloniais e dos estudos culturais, mas discutir a importância de sua contribuição para as Ciências Sociais, como um todo, e para a Educação, em particular. A ideia é fazer uso das reflexões de Costa (2006)

exigem um currículo intercultural que não separe questões de conhecimento, cultura e estética de questões de poder, política e interpretação. Notadamente, a vitalidade dos Estudos Culturais está na abertura e receptividade para promover enlaces conceituais e teóricos variados. Dada a complexidade do problema, faz-se fundamental a preocupação com aspectos centrais da intertextualidade e da interdisciplinaridade.

A partir daqui cabe menção mais acurada aos Estudos Culturais, sobretudo em sua versão britânica, desenvolvida principalmente no *Birmingham University's Centre for Contemporary Studies*. Talvez seja razoável dizer que a distinção entre Estudos Culturais, na versão britânica, e Estudos Pós-Coloniais seja apenas cronológica. Afinal, desde que Stuart Hall, figura central dos estudos culturais britânicos, desloca sua atenção, a partir de meados dos anos 1980, das questões ligadas à classe e do marxismo para temas como racismo, etnicidades, gênero e identidades culturais, verifica-se uma profunda convergência entre os Estudos Pós-Coloniais e Estudos Culturais.

Por conta disso, é absolutamente relevante este manancial para o desenvolvimento das considerações ensejadas aqui, dada a complexidade do lugar de fala das reflexões propostas. O Atlântico Sul é o espaço-tempo onde desenrolam-se uma série de processos sociais ligados ao passado colonial e às demandas do presente globalizado. Por isso, é importante problematizar essas questões no campo educacional a partir de um aporte epistemológico que, desde a sua gênese, procura descentrar esses debates. Neste contexto, é pertinente aludir a um tipo específico de teorização pós-colonial que ganha força em relação à América Latina. Intelectuais como Quijano e Dussel têm exercido forte influência sobre o projeto e se associaram a ele, contudo, José Maurício Domingues (2011) sinaliza que as perspectivas de Quijano e Dussel no tocante à modernidade são distintas. Notadamente, Mignolo (2008) é a sua expressão hoje.

Neste bojo, assim como nos Estudos Pós-coloniais de língua inglesa, os Estudos Culturais latino-americanos e a perspectiva Decolonial também lançam sua visada para uma teoria da representação que leve em conta a subalternidade. Gayatri Spivak (2010) constrói o seu argumento em torno das implicações do sujeito do denominado Terceiro Mundo na conjuntura do discurso Ocidental. A pessoa subalterna é aquela que pertence às camadas

para sublinhar alguns problemas levantados pelos estudos pós-coloniais (e culturais) para o campo da sociologia, não como elemento desestabilizador, mas, necessariamente, como um caminho possível para a meditação acerca de realidades sociais pós-coloniais e/ou pós-independenistas (Scribano, 2011).

mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, bem como da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. Desta forma, a autora propõe uma elaboração em torno do potencial de autorrepresentação da pessoa subalterna, teorizando sobre quais são as possibilidades deste indivíduo de se subjetivar autonomamente.

O lugar do subalterno na configuração da cultura contemporânea e na crítica, análise e teoria dessa cultura, portanto, é outro em relação às disciplinas mais tradicionais. É um ponto de observação privilegiado no sentido da multiplicidade desse espaço-tempo. Mesmo que tantas outras teorias estéticas e epistemologias já tenham problematizado conceitos como representação, identidade, outridade, hibridismo, colonização, Ocidente, Oriente e etc, com o pós-colonialismo, esses conceitos são colocados num marco de referências que, em vez de inverter hierarquias, vai questioná-los e meditar sobre as condições de possibilidade e continuidade da sua construção.

Para Costa (2006), o tempo-espaço periférico carrega consigo um sentido político-normativo que corresponde a uma dimensão esquecida da modernidade, a escravidão de povos originários, uma filha bastarda que a história moderna e as teorias da modernização nas Ciências Sociais invisibilizaram. Lançar luz para estas questões implica mais do que estender e aprofundar os direitos e as possibilidades de participação dos indivíduos que carregam na sua trajetória as marcas dessa violência no marco da política contemporânea e no âmbito da esfera pública burguesa. Trata-se de colocar em pauta o próprio processo de construção da política moderna, enquanto espaço privilegiado de representação de interesses e visões das elites e de uma classe média branca.

É preciso estar pronto a manejar as ambivalências e linhas tênues da construção do conhecimento a partir de um lugar de fala decolonial e do pensamento científico hegemônico. A proposição intercultural e decolonial visa travar um diálogo entre a cosmologia não ocidental e Ocidental. A partir daí, é importante trazer ao debate Alberto Moreiras (2001) e sua elaboração em torno de uma “epistemologia tênue”. Para o autor, é preciso considerar a instabilidade de generalidades e refletir a partir do descentramento que, diga-se de passagem, não significa um retorno a uma crítica essencialista a partir da construção de uma nova dicotomia “centrada” na periferia.

Em 2015, Wortmann, Costa e Silveira revisitaram o papel dos Estudos Culturais em sua relação com a Educação. As autoras identificaram três principais vertentes de investigação no período de 1996 a 2014, situadas na

interface entre esses campos: a primeira refere-se a pesquisas que reformularam a compreensão do campo pedagógico por meio da incorporação de novas perspectivas teóricas, questões, discursos e artefatos tradicionalmente associados à pedagogia; a segunda reúne trabalhos que evidenciam a existência de múltiplas pedagogias em ação nos diversos espaços culturais contemporâneos; e a terceira abrange estudos dedicados à produção de identidades e diferenças.

No ano seguinte, em 2016, Costa, Wortmann e Bonin analisaram pesquisas diretamente ligadas ao currículo, buscando mapear as possíveis contribuições dos Estudos Culturais para o debate curricular. As autoras destacaram três movimentos intelectuais centrais: a ampliação do conceito de currículo, o aprofundamento das análises sobre políticas e programas governamentais e uma reflexão minuciosa acerca das formas como as noções de identidade e diferença atravessam as propostas curriculares.

O presente relato-memorial dialoga com algumas dessas linhas de investigação apontadas por Wortmann, Costa e Silveira (2015) e, ao mesmo tempo, acolhe a proposição de Hall e Birchall (2006) de que a força vital dos Estudos Culturais reside na abertura e na receptividade para articular conexões teóricas e conceituais diversas, abrangentes e, por vezes, inesperadas. Nosso objetivo é enfrentar desafios localizados nos sertões de Pernambuco que, no entanto, podem oferecer pistas significativas para outros contextos territoriais, mobilizando conceitos, métodos de pesquisa e formas de escrita, bem como repertórios teóricos não necessariamente vinculados de forma direta aos Estudos Culturais, com vistas a ampliar as possibilidades analíticas.

A partir de agora centraremos nossa discussão no relato de experiência memorialístico do Estágio de Docência de uma pessoa jovem, sertaneja, LGBTQIA+, não branca, egressa da graduação da licenciatura em Letras da UFRPE-UAST e que retorna para o estágio de docência como doutoranda em Educação. O foco da experiência didático-pedagógica a ser enunciada está nas discussões implicadas com a temática indígena em articulação com o cinema. No atual cenário político do Brasil contemporâneo, essas abordagens demandam atenção especial e redobrado cuidado em termos analíticos e de práxis. As questões ambientais e étnico-raciais têm sido dinamizadas de modo intenso em reivindicações de movimentos sociais, traduzindo-se, em alguns casos, em leis, ações, planos e políticas públicas entendidas como conquistas sociais relevantes. Não são preocupações novas para os Estudos Culturais e a Educação. Ao contrário, integram há décadas o horizonte de atenção, mas hoje estão sob a mira das políticas conservadoras do governo e de setores da

sociedade que, historicamente, respaldam e sustentam seus privilégios em ações estatais.

Do plantio ou da poesia que brota no chão da universidade

Catar feijão

Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco (Neto, 1966, p. 170).

Para João Cabral de Melo Neto, “catar feijão se limita com escrever”, para um jovem sertanejo oriundo de universidade pública, catar feijão se limita com o aprender, com o lecionar, com ser/estar educador do/no mundo. Assim, o presente relato de experiência docente é uma espécie de “catar feijão” no Sertão de Pernambuco, uma experiência ancorada no desejo de torna-se professor. Mas, não é qualquer professor. Os desafios e impactos na minha trajetória acadêmica possibilitaram vislumbrar a docência não só como estratégia de transformação social, mas como um ofício singular a ser replicado nas tantas e tantas salas de aula desse Brasil varonil.

No “cartar feijão” catam-se palavras, frases e versos que constroem uma narrativa do magistério que permitirá vivências individuais e coletivas. Entre os riscos e desafios do ofício de ser/estar educador, nos é permitido sonhar na/da/pela educação. O anseio de tornar-se professor me fez sonhar, a universidade pública me permitiu sonhar, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco me fez/faz sonhar através da educação. E quem imaginou uma universidade pública em pleno

Sertão? A semente foi lançada. A UAST–UFRPE é um grão. O “grão mais vivo” que se fez broto e raiz no solo sertanejo. Um grão que se fez chão, “pois para catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco” (Neto, 1966, p.170). E se fez eco e se espalhou. A UAST se espalhou no solo sagrado do Pajeú, se espalhou para germinar, florescer e frutificar profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Das questões metodológicas, seus possíveis alargamentos e discussões epistemológicas

Da germinação no/do curso de Letras

Certa vez uma professora fez uma pergunta clichê para a turma: o que você quer ser quando crescer? A resposta estava na ponta da língua. Queria ser professor, um professor de Literatura, um professor das Letras e da poesia. Me recordo de uma experiência na infância que me atravessou e me atravessa até hoje: a leitura poética de *Ou isto ou aquilo*, de Cecília Meireles, me arrebatou e alargou o desejo: queria ser poeta e professor. Ao ingressar no curso de Letras em 2009, ano de inauguração do curso, minha vida mudou completamente. Das relações de ensino, pesquisa e extensão germinavam aprendizagens e aprendizados, germinavam sonhos outros. A experiência da minha trajetória acadêmica se alicerçava em solos sertanejos.

Das raízes na UAST/UFRPE

E das tantas experiências catárticas no curso de Letras, uma delas me marcou completamente. Ao ouvir os versos do “Canto III”, de Marcelino Freire (Freire, 2005, p.33):

Violência é a gente receber tapa na cara e na bunda quando socam a gente naquela cela imunda cheia de gente e mais gente e mais gente e mais gente pensando como seria bom ter um carrão do ano e aquele relógio rolex mais isso fica para depois uma outra hora.
Esquece.

Impossível esquecer. Impossível esquecer aquela aula ímpar. Um divisor de águas se instaurava. Enquanto um dos alunos da primeira turma da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais, tinha certeza de que a

professora estaria lançando uma semente enraizada que emaranharia nas tantas trajetórias de estudantes sertanejos. E lançou um punhado de grãos enraizados. E o sonho se fez realidade. Já professor, me perguntava o que fazer sem a universidade, mas me recordei e não “esqueci” da seguinte frase proferida pela mesma professora: “é preciso pensar a universidade para além dos muros”. Cheguei à conclusão que, uma vez que se entra, não se sai da universidade. É um caminho sem volta, caminho enraizado. E seguindo o caminho de professor, pesquisador e ativista LGBTQIAPN+, surge o Macondo, uma outra raiz. A experiência no Grupo de Estudos e Pesquisas em artes, culturas contemporâneas e outras epistemologias (Macondo) é de extrema importância na minha trajetória acadêmica, na perspectiva de se pensar uma educação antirracista pautada em epistemologias e pedagogias decoloniais. A isso somam-se os frutos acadêmicos epistemológicos etc.

Da floração e dos frutos acadêmicos

Nas palavras poéticas de Manoel de Barros (2016, p. 17):

Para entrar em estado de árvore é preciso
partir de um torpor animal de lagarto às
três horas da tarde, no mês de agosto.
Em dois anos a inércia e o mato vão crescer
em nossa boca.
Sofreremos alguma decomposição lírica até
o mato sair na voz.

Hoje eu desenho o cheiro das árvores.

Retornar à UAST/UFRPE como estagiário docente no curso de Letras, na turma de Educação para as Relações Étnico-Raciais, é retornar não só ao estado de árvore, mas principalmente sentir o “cheiro das árvores”. E se “um bom filho a casa torna”, retornei com o desejo de expandir a metáfora do meu ser/estar docente-flor-fruto através das partilhas, das trocas, dos diálogos horizontais e de um olhar sensível para quem conhece o solo fértil, para quem conhece o chão de uma universidade pública alocada no meio do Sertão, o chão de uma universidade enraizado de força de estudantes sertanejos, de fé e sabedoria popular.

A universidade é também esse lugar, a UAST/UFRPE é também esse lugar de saberes e sabenças populares. Assim, a partir de um recorte da experiência do Estágio de Docência na UAST, destacaria a experiência que se desdobrou através das seguintes práticas didático-pedagógicas: apresentação

do espetáculo *O canto do barro*, de Fykyá Pankararu, e da oficina didática “Mãos de barro: as louceiras entre o barro, a memória e a tradição”.

Sobre o espetáculo *O canto do barro*, do artista indígena Fykyá Pankararu, nas palavras do artista: “*O Canto do Barro* busca desconstruir visões equivocadas sobre ser indígena contemporâneo, LGBTQIA+, Meio Ambiente. É dividida em quatro momentos, apresentando os elementos: água, terra, ar e fogo, conectando as histórias e transformando o corpo, entregando no final uma *obra de cerâmica* esculpida, assada e cheia de vida, responsável pela preservação e transmissão de saberes originários ancestrais e contemporâneos”, por Fykyá Pankararu (2025), ao final de sua performance.

Após o espetáculo, as turmas tiveram a possibilidade de dialogar com o artista não só sobre as questões suscitadas no espetáculo, mas principalmente sobre questões emergentes no que se refere à luta dos povos indígenas pernambucanos. Um ponto forte a ser destacado é que quando a disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais possibilita a participação de povos indígenas em sala de aula, vislumbra-se a dimensão da democratização do ensino superior. Inclusive, o momento foi agraciado com a presença de outros povos indígenas de etnias distintas que corroboraram com a discussão e suas respectivas abordagens temáticas. Assim, *O canto do barro* foi uma provocação, uma provocação atrelada a um discurso plural alicerçado em uma pedagogia decolonial e na emancipação dos povos indígenas.

A partir do mote das experiências com o barro, tivemos a experiência da oficina didática “Mãos de barro: as louceiras entre o barro, a memória e a tradição”. A oficina didático-pedagógica se propôs a fazer uma imersão na história dos povos originários de Pernambuco através da imersão sobre o curta-metragem “Mãos de barro”, da cineasta indígena Graciela Guarani, filme que aborda os processos criativos e artesanais das tradicionais louceiras do povo Pankararu. Além disso, buscou-se problematizar as memórias das mulheres indígenas Pankararu e seus respectivos diálogos ancestrais com o barro através dos processos identitários dos povos originários de Pernambuco, ancestralidades, saberes, tradições populares indígenas e patrimônio cultural, enquanto ato político. Assim, buscou-se ressignificar as narrativas ritos/rituais e manifestações culturais indígenas dos Povos Pankararus, especificamente nos desdobramentos sobre os processos criativos e artesanais das tradições e manifestações populares relacionadas aos processos criativos, a partir do manuseio e possibilidades artístico-políticas do uso do barro como estratégia de resistência e seus desdobramentos sociais.

Vale ressaltar que a oficina se desdobrou em seis etapas. Para tanto, foram utilizados processos criativos e artesanais das tradicionais louceiras do povo Pankararu, a partir dos desdobramentos crítico-reflexivos das narrativas orais das mulheres indígenas artesãs, ancestralidades, lutas e memórias socioculturais dos povos originários de Pernambuco.

Partindo para o detalhamento dos recursos didático-pedagógicos e do desenvolvimento metodológico da oficina, a ETAPA I se consolidou em possibilitar a construção individual de cartografias afetivas a partir de uma provocação imersiva sobre a temática “Abrindo novos olhares sobre os Povos Indígenas”, e suas intrínsecas relações com a construção de mapas memorialísticos sobre a temática abordada e seus respectivos diálogos teórico-conceituais com a disciplina em geral.

Sobre o processo de criação inicial, a construção dos mapas afetivos atrelados às questões das Relações Étnico-Raciais foi desenvolvida antes da exibição do curta-metragem “O canto do barro”. A turma foi provocada a construir mapas afetivos individuais sobre as suas relações individuais com os povos indígenas de Pernambuco e com a abordagem temática como um todo. Ao final da ação abriu-se uma roda de discussão onde a turma compartilhou suas experiências com os povos indígenas, com a disciplina e com uma educação comprometida com o respeito às diferenças.

Para a ETAPA II ocorreu uma breve apresentação do site Conexão Pindorama e seus desdobramentos didático-pedagógicos com a exibição do curta-metragem “Mãos de Barro”⁴. O curta relata as tradicionais louceiras do povo Pankararu, localizado no sertão de Pernambuco. As louceiras relatam as suas influências de habilidade do trabalho com o barro, da importância deste trabalho para a cultura Pankararu como forma de sustentabilidade e tradição cultural viva Pankararu, falam também das dificuldades e do desejo de repassar esta função para futuras gerações.

Em relação à ETAPA III, ocorreu a apresentação da proposta de discussão sobre o curta-metragem exibido, seguido de roda de discussão a partir dos desdobramentos crítico-reflexivos das narrativas orais, ancestralidades, lutas e memórias socioculturais dos povos originários de Pernambuco, através dos estudos/pesquisas/conceitos/contextualização/desenvolvimento das atividades práticas embasadas nos pressupostos metodológicos e da construção dos

⁴ Mãos de Barro. Direção: Graciela Guarani e Alexandre Pankararu. Jatobá: Olhar da Alma Filmes, 2018. (20 min.) Disponível em: <http://www.conexaopindorama.com.br/video/617>.

processos de aprendizagem individuais/coletivos/avaliação e socialização dos processos criativos.

Já na ETAPA IV propôs-se revisitar os processos criativos do mapa afetivo-memorialístico “Abrindo novos olhares sobre os Povos Indígenas” após a exibição do curta-metragem supracitado. A proposta foi sensibilizar a turma no intuito de promover a efetivação da criação de mapas afetivos, compreendendo a relação de cada discente no que diz respeito ao envolvimento (aproximação ou distanciamento) com a história/memória das artesanias das mulheres indígenas do Povo Pankararu e da relação com o barro enquanto dispositivo cultural. Diante de uma diagnose prévia, buscou-se traçar um panorama das discussões evidenciadas, possibilitando “abrir novos olhares” direcionados aos conteúdos abordados a partir das histórias dos povos indígenas trabalhadas em sala de aula.

Sobre a ETAPA V, intitulamos “Mão na massa, mão no barro: processo de criação com barro”. A turma foi provocada a construir peças com argila, através das experiências com o barro evidenciadas nos curtas-metragens exibidos. A oficina permitiu a efetivação do processo criativo e as reverberações práticas no/do ensino de Arte-Educação. Esta etapa se consolidou como um destaque especial por propiciar uma experiência prática a partir do manuseio do barro. Ao disponibilizarmos uma certa quantidade de barro para a turma, cada aluna/o foi provocada/o a pegar uma quantidade suficiente para a construção de seus respectivos elementos imagéticos. De forma livre, cada aluna/o foi construindo suas peças individualmente.

À medida que manuseavam o barro, as conversas se estendiam reafirmando o processo dialógico da atividade. Durante o processo criativo surgiram inúmeras possibilidades produzidas pelas mãos das/dos alunas/os. Das painéis de barro que remetiam às vivências com as matriarcas das famílias rurais, aos bonecos e penduricalhos que remetiam às infâncias. Destacaria uma peça: um aluno construiu um tijolo com a insígnia da universidade e relatou a história para a turma. Para ele, a peça tornara-se muito afetiva, pois fazia referência à experiência que vivenciou com o pai ao construir a própria casa com tijolos de barro. Para além das questões emotivas, evidencia-se a força da cultura audiovisual, enquanto recurso didático, na perspectiva de reafirmar as narrativas individuais/coletivas e potencializar o senso crítico-reflexivo sobre ser/estar no mundo. Das tantas histórias elucidadas em *Mãos de barro*, tantas outras histórias surgiram em sala de aula e se alargaram através de processos educativos que legitimam a arte e a educação como perspectivas que subsidiam e alavancam a transformação social.

Soma-se aqui o *continuum* entre territórios, espaços de vida, que pareciam tão distantes. Quando do início das aulas, as/os estudantes foram questionados sobre os seus conhecimentos prévios sobre os povos indígenas. Foi solicitado que apresentassem, cada um e cada uma, os povos indígenas que conheciam e cujos nomes sabiam de cor. Dentre as centenas de povos do Brasil, as/os estudantes não conseguiam citar mais do que três. Após a atividade, o manancial de conhecimento sobre as culturas, os modos de viver, as epistemes se alargaram e, notadamente, se aproximaram da realidade campesina da grande maioria das/dos estudantes sertanejos. A importância das louças de barro, dos potes, dos filtros, dos pilões e dos tijolos era elemento que construía conexão simbólica e subjetivos entre o mundo rural e os mundos indígenas da região. Por meio desse sentimento de aproximação se desvelava admiração e reconhecimento. Diante dos nossos olhos atentos na condução da prática didático-pedagógica, desfizeram-se muitos estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações.

Por fim, a ETAPA VI se concretizou a partir da apresentação dos resultados das cartografias afetivas e das atividades propostas, rodas de discussões e compartilhamento coletivo das construções dos processos criativos dos mapas afetivos, construídos a partir das discussões individuais e/ou coletivas suscitadas com o curta-metragem “*Mãos de barro*”, bem como a sistematização da exposição “*Mão na massa, mão no barro*” com a produção individual/coletiva, curadoria e conceituação artística desenvolvida pela turma sob a orientação da professora supervisora e do estagiário docente. Em suma, a experiência aqui relatada, além de possibilitar que a turma organizasse e sistematizasse por abordagem temática o processo coletivo de construção das cartilhas didático-pedagógicas, possibilitou uma imersão na história dos povos indígenas localizados no interior de Pernambuco e a construção de laços afetivos por meio da aproximação entre territórios rurais e indígenas. Erigiu-se, diante do grupo, uma bonita aliança contracolonial (Bispo, 2014), esperançada pelas possibilidades de práticas didático-pedagógicas interculturais.

Das considerações e suas respectivas sementes

Hoje eu desenho o cheiro das árvores (Barros, 2016, p.17).

A experiência docente fez permitir sentir o cheiro das árvores, mas principalmente o cheiro das flores e frutos acadêmicos. O relato de experiência aqui apresentado é apenas um breve recorte da minha trajetória acadêmica na UAST/UFRPE e sua intrínseca relação com a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais. Fazer parte da turma que iniciou sistematicamente as

discussões étnico-raciais no Sertão do Pajeú é acompanhar um processo de democratização do ensino, garantido por lei em todas as suas instâncias. Para além da disciplina pioneira no Sertão, manteve o vínculo com a universidade através do Macondo – Grupo de estudos e pesquisas em artes, culturas contemporâneas e outras epistemologias. Com o Macondo, um turbilhão de portas se abriu a partir de infinitas discussões étnico-raciais. A saber, o serpentear pelo Acervo Audiovisual Quilombola de Pernambuco – Conexão Pindorama. Por fim, retornar à universidade de origem é como colher frutos de uma longa safra, é uma espécie de semear a colheita para colher outros frutos no fértil terreno da educação pública e de qualidade, pois “me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente”.

Territórios em floração: estudos culturais e a produção contínua de um cultivo epistêmico policultural

Desde sua origem, os Estudos Culturais têm se debruçado sobre o desafio de questionar os racismos e examinar os modos pelos quais estereótipos e narrativas eurocêntricas sobre eventos históricos são criados, mantidos e disseminados. As reflexões de Stuart Hall (1997) sobre a espetacularização da diferença na mídia britânica influenciaram significativamente os debates sobre as pedagogias da racialização, pelas quais a noção de raça é atribuída a determinados grupos, mas não a outros. Neste campo abre-se um espaço crítico de enfrentamento às práticas monoculturais, nas quais os saberes, vivências e produções de povos indígenas e de diferentes grupos étnico-culturais são frequentemente invisibilizados, marginalizados ou tratados de forma superficial.

A partir das mobilizações de movimentos negros e indígenas, que contaram com o apoio de redes constituídas tanto dentro quanto fora das universidades, foram conquistados avanços relevantes nas políticas públicas e nos marcos legais ligados à Educação. Entre esses, destacam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão dos conteúdos sobre história e cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo da Educação Básica (já mencionadas), bem como a Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação, que institui a reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino para estudantes oriundos da rede pública, com cotas destinadas a pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em proporção à população local. Há também as políticas de reconhecimento de Notório Saber em Culturas Populares (Carvalho, 2016) sendo implementadas

em diversas universidades públicas do país, que permitem que mestras e mestres dos saberes tradicionais lecionem e recebam proventos dessas universidades.

Nos espaços acadêmicos, as presenças negra, indígena e sertaneja (no nosso caso em específico, mas esta menção agrega também os povos tradicionais de um modo geral) vêm ampliando os horizontes das intervenções críticas ao demandarem reconhecimento, escuta, espaços de expressão e participação plena nos processos de formação universitária. Para enfrentar essas questões, pesquisadores no campo dos Estudos Culturais e da Educação têm recorrido a referenciais diversos, oriundos da Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, entre outros campos.

É também essencial que as práticas de pesquisa, extensão e ensino incluam a participação dessas pessoas para além do meio acadêmico. No campo dos Estudos Culturais é possível articular debates sobre alteridade com indivíduos e coletivos situados na diferença, considerando marcadores como classe social, ocupação, pertencimento étnico-racial, gênero, geração, território e sexualidade, entre outros. Além disso, essas pessoas podem acessar a universidade também por meio da arte e de suas produções culturais, contribuindo com um movimento contínuo de descolonização curricular e epistemológica. Assim como relatado, a presença de Fykyá Pankararu com a sua performance de *O canto do barro* na universidade despertou todas as outras atividades que seguiram. Tal proposta se ancora na ideia de que não existe um saber universal, e que a produção de conhecimento precisa se basear no diálogo intercultural e na valorização de diferentes formas de conhecer e fazer ciência, algo ainda pouco reconhecido pelas instituições científicas hegemônicas.

Mato (2019) salienta que as marcas de uma herança colonial produzem e mantêm condições desiguais de acesso aos espaços de formação escolar e acadêmica aos indígenas e afrodescendentes nas sociedades latino-americanas contemporâneas. Há um esforço hercúleo de pesquisadores indígenas e não indígenas há décadas para trazer esta discussão à baila. O autor apresenta frutíferas ações em curso na América Latina que colocam em relação diversas tradições de produção de conhecimento, aprendizado para o qual se faz necessário atentar, segundo ele, tendo em vista os problemas relacionados aos processos de tradução de visões de mundo, valores, sensibilidades, temporalidades, sentidos afetivos que se constituem em um dos principais desafios a enfrentar em qualquer experiência de comunicação intercultural.

Neste sentido, Mato (2018) aponta que as políticas públicas frequentemente dissociam a reflexão intelectual da ética e da política, o que representa uma limitação a ser superada. Para tanto, é necessário que as universidades repensem suas relações com os diversos setores sociais e adotem modelos de ensino e aprendizagem mais enraizados em contextos locais. Foi o exercício que tencionamos realizar no Estágio de Docência relatado.

O mesmo autor destaca que o racismo contemporâneo também se manifesta por meio de estruturas institucionais e formais, como as leis, políticas, modelos institucionais e currículos. Assim, esses elementos devem ser centrais na análise das/os estudosas/os das relações étnico-raciais, junto à observação de práticas cotidianas e das dinâmicas de poder e saber. Ou seja, do poder de nomear, representar e definir verdades, e do saber que legitima tais processos. A dimensão pedagógica das práticas culturais, portanto, deve ser acompanhada de uma educação antirracista contínua e dirigida a todas as pessoas envolvidas nos processos educacionais: estudantes, docentes e gestores, a fim de ampliar a capacidade crítica e questionar estruturas institucionais e epistemológicas marcadas pelo racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frutificação

O relato de experiência apresentado aqui nos permite pensar o processo de formação e prática docente em várias frentes importantes de um trabalho deste porte: a contribuição para a difusão do conhecimento sobre as populações indígenas no ensino básico e superior — amparando-se nas demandas da Lei nº 11.645/2008 e na emergência de vindouras políticas públicas do Governo Federal com o Ministério dos Povos Indígenas e com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pela primeira vez sob a presidência de uma mulher indígena, no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente; o encorajar a produção e a circulação de obras de escritores, artistas e cineastas indígenas e fomentar a produção científica a partir de saberes locais no interior do Estado, em diálogo com escolas do campo, indígenas, quilombolas e urbanas, fortalecendo instituições do ensino básico e superior, assim como aquelas de educação popular e não formal. Assim, os caminhos entrecruzados desta meditação dão forma à alegoria do estado de árvore, desdobrando-se em investigação acadêmica/científica, artística e educativa.

Diante do exposto, buscou-se evidenciar como os Estudos Culturais, enquanto referencial teórico-metodológico, podem contribuir significativamente para a análise, a práxis e a reinvenção de práticas pedagógicas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. A experiência desenvolvida no curso de licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Unidade Acadêmica de Serra Talhada) mostrou-se fértil para a articulação de olhares múltiplos sobre as dimensões socioculturais, políticas, históricas e territoriais que atravessam o campo educativo. Ao operar em zonas tênues, os Estudos Culturais revelaram-se um instrumento potente para a problematização dos modos de vida contemporâneos e dos desafios enfrentados no contexto educacional atual. Em tempos de intensas transformações e disputas simbólicas, reafirmamos a importância de fortalecer interlocuções críticas que permitam repensar o currículo, a formação docente, as práticas pedagógicas e as políticas públicas, contribuindo para uma educação mais comprometida com a diversidade, a justiça social e a equidade.

REFERÊNCIAS

Achinte, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existencia: artistas indígenas y afrocolombianos. In: Walsh, Catherine. **Pedagogías decoloniais**: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. Tomo I. p. 443-468.

Arruti, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos históricos**, 8(15): 57-94, 1995.

Barros, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Carvalho, José Jorge. **Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa**. Brasília: INCT de Inclusão/Universidade de Brasília, 2016.

Conexão Pindorama. Acervo audiovisual indígena. Disponível em: <https://www.conexaopindorama.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Costa, Marisa Vorraber; Wortmann, Maria Lúcia Castagna; Bonin, Iara Tatiana. Contribuições dos Estudos Culturais às Pesquisas sobre Currículo - uma revisão. **Currículo sem Fronteiras**, 16(3): 509-541, 2016.

Costa, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 21(60), 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: maio. 2011.

Domingues, José Maurício. **Teoria crítica e (semi) periferia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Freire, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Repecult: Revista ensaios e pesquisas em educação e cultura**, 1(1): 3-33, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/578/578>. Acesso em: 04/06/2025.

Freire, Marcelino. **Contos negreiros**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Hall, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Apicuri, 2016.

Hall, Gary; Birchall, Clare (eds.). **New Cultural Studies**. Adventures in Theory. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: população residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Mãos de Barro. Direção: Graciela Guarani e Alexandre Pankararu. Jatobá: Olhar da Alma Filmes, 2018. (20 min.) Disponível em: <http://www.conexaopindorama.com.br/video/617>.

Mato, Daniel (org.). **Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina**. Políticas y experiencias de inclusión y colaboración intercultural. Buenos Aires: EDUNTREF, 2018.

Mato, Daniel. Más allá de la Academia: estudios culturales y prácticas interculturales. **Educación & Realidade**, 44(4), 2019.

Neto, João Cabral de Melo. **A Educação pela Pedra**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1966.

Oliveira, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, 1(4): 47-77, 1988.

Santana, Paula M. S. Práxis antirracista, descolonização das mentes e a questão indígena em uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sertão Pernambucano. **Revista Antropológicas**, 28(2): 112-140, 2017. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>. Acesso em: 03 ago. 2019.

Santos, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: Universidade de Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Wortmann, Maria Lúcia Castagna; Costa, Marisa Vorraber; Silveira, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. **Educação**, 38(1): 32-48, 2015.

Submissão em 03 de agosto de 2025.

Aceite em 25 de setembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>